Edição 30 - julho 2011 I www.apubh.org.br

jornal da apubh

Sindicato dos Professores de Universidades Federais de Belo Horizonte e Montes Claros

Publicação do Sindicato dos Professores de Universidades Federais de Belo Horizonte e Montes Claros

IMPRESSO ESPECIAL
9912263184/10/DR/MG
A.P.U.B.H
CORREIOS

IMPRESSO FECHADO
PODE SER ABERTO PELA ECT

Devolução Garantida
CORREIOS

II SEMINÁRIO SOBRE COMBATE AO ASSÉDIO MORAL

pág. 09



Simone Ribeiro

Ação visando o enquadramento na classe de prof. associado

pág. 08

Seminário sobre o IPE reuni trabalhadores e estudantes

pág. 17

\o/ expediente

Sindicato dos Professores das Universidades Federais de Belo Horizonte e Montes Claros – APUBH
Gestão 2010-2012
Rua Artur Itabirano, 70 – São José/ Pampulha – Cep.: 31275 020 – Tel.: (31)- 3441 7211 Fax: 3441-1303
www.apubh.org.br – apubh@apubh.org.br

Diretoria Executiva:

- Presidente: José de Siqueira
- 1º vice-presidente: Armando G. M. Neves
- 2º vice-presidente: Carlos Barreira Martinez
- Secretário-Geral: Giovane Azevedo
- Vice-Secretária-Geral: Otávia F. de S. Rodrigues
- Diretor de Finanças: João Maurício Lima de F. Mota
- Vice-Diretor de Finanças: Débora Torres Mendes de Oliveira
- 1º Suplente: Ronaldo Alves Pinto Nagem
- 2º Suplente: Marco Túlio Correa de Faria

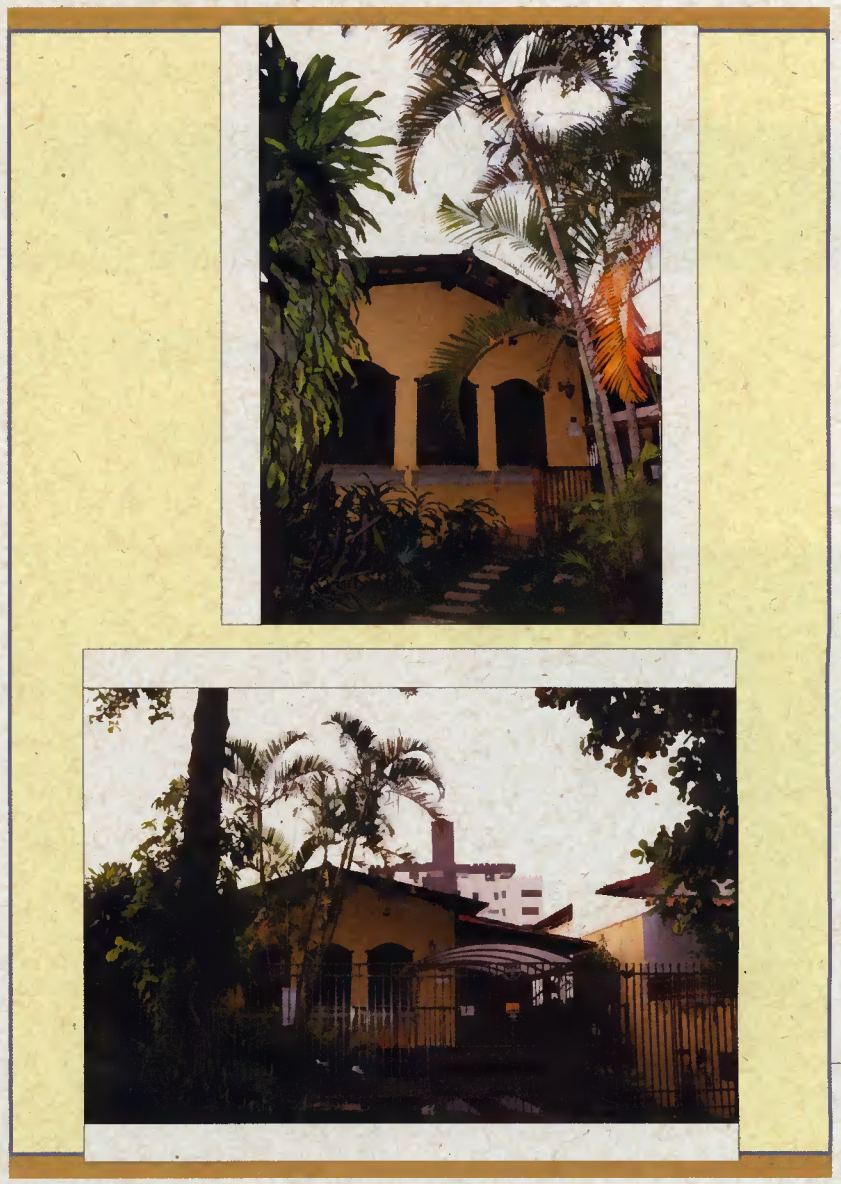
Diretorias Setoriais:

- Ciência e Tecnologia: Henrique Pimenta Barroso Magalhães
- Hospital Universitário: Mauro Ivan Salgado
- Política de Ensino Básico e Profissional: Alex Fabiani de Brito Torres
- Diretoria de Política Educacional: Walter Ernesto Ude Marques
- Política Sindical: Paulo César da Costa Pinheiro
- Política Cultural: Fernando Antônio de Melo (Limoeiro)
- Seguridade Social: Jadson Cláudio Belchior

Jornal da APUBH

- Comissão Editorial: José de Siqueira
- Editor e jornalista responsável: Simone Ribeiro de Melo Jornalista - MTB 11455/MG
- Editoração eletrônica e ilustrações: Lucas Daian
- Tiragem: 3 mil exemplares

« memória



Lucas Daian

A sede da Apubh foi adquirida em 26 de fevereiro de 1993. Nestes 18 anos foi cenário de grandes decisões, assembleias, encontros com autoridades do segmento da educação e do governo, confraternizações e atendimento aos filiados. Em maio deste ano, a sede foi temporariamente transferida para o número 65 da rua Artur Itabirano, para realização de uma reforma na sede para melhor atender aos nossos filiados.

O MÊS: fevereiro
O ANO: 1993
O FATO: COMPRA DA SEDE DA APUBH

editorial

Greve. Essa é a realidade na UFMG hoje. Greve dos técnico-administrativos, não dos docentes. A intransigência do governo, ao se recusar a negociar com a Fasubra, forçou-os à medida extrema da greve. E os professores, nossos colegas, começam a nos perguntar se a Apubh não fará greve. Eu sempre explico que sindicato não faz greve. Quem faz são os trabalhadores, pois somos nós que recebemos salários que não são reajustados, somos nós que temos demandas de melhorias das condições de trabalho, somos nós, junto com os técnico-administrativos e estudantes, que defendemos a qualidade da universidade pública e maiores investimentos públicos para o ensino em todos níveis. A UFMG somos nós. Somos nós que criamos e modificamos a realidade à nossa volta. A responsabilidade é nossa. O sindicato é o nosso representante, canalizador da nossa vontade de modificar a realidade, mediador das nossas demandas junto ao governo federal. Estamos à escuta. O que faremos, portanto?

Da mesma forma, nós, filiados, somos a Apubh. O trabalho que desenvolvemos à frente da Apubh não tem nenhum sentido se não refletir as preocupações dos nossos filiados. Por isso, propomos debates, ações, seminários e encontros para discutir diversos assuntos que nos dizem respeito. Como sindicato de docentes, no entanto, temos também que propor como modificar a realidade efetivamente, indo além dos interesses corporativos, que são legítimos, mas limitados em abrangência. Por isso, a Apubh propõe a criação do Instituto de Pesquisas em Educação - IPE, para que sindicatos docentes e de trabalhadores da educação, bem como entidades estudantis, possam financiar pesquisas na área de educação que reflitam a visão dos trabalhadores e estudantes para a educação brasileira. A proposta é audaciosa, mas realista, pois é similar à bem sucedida história do Dieese. Nós, trabalhadores e estudantes, a elite intelectual do país, temos que usar a principal ferramenta à nossa disposição, o conhecimento, para unir-nos em torno de um objetivo comum, concreto e factível: propor o que queremos que seja a educação da nossa nação, através da produção e difusão de conhecimento. Só assim contribuiremos para mudar a realidade sombria da educação no Brasil.

Nós, que somos a UFMG, temos que modificar também uma triste realidade: o assédio moral. Somos todos servidores públicos federais, tanto docentes como técnico-administrativos. Mas, como os docentes são chamados a chefiar e dirigir a UFMG desde departamentos, unidades e a própria universidade, somos, muitas vezes, responsáveis por situações de assédio de técnico-administrativos, estudantes e de colegas. À frente do sindicato, temos recebido muitas queixas de colegas que são perseguidos, prejudicando suas carreiras, sobrecarregando-os com encargos didáticos e retirando-lhes espaço físico, direitos e ferindo-lhes a dignidade. Junto com o Sindifes, por iniciativa deste, promovemos o Seminário de Combate ao Assédio Moral no dia 31 de maio de 2011. Foi uma experiência muito rica, pela qualidade dos palestrantes, mas, sobretudo, pela coragem dos colegas, técnico-administrativos e docentes, que, em um ato de grande coragem e generosidade, expuseram experiências pessoais terríveis e degradantes de assédio moral em nosso local de trabalho: a UFMG. O combate ao assédio moral é uma luta de todos nós, e que os sindicatos, Apubh e Sindifes, e o DCE, vão levar à frente para que as relações de trabalho na UFMG se humanizem cada vez mais.

Estas são algumas das novidades que temos para vocês nesta edição. Participe das atividades que propomos, para que sejamos um sindicato vivo, sempre vivo.

José de Siqueira, presidente da Apubh, gestão 2010-2012.

UFMG em imagens:	Página 04
Espaço do associado:	Página 05
Jurídico / Nova ação:	Páginas 06 a 08
Capa: Combate ao Assédio Moral	Páginas 09 a 11
Campi UFMG	Página 12
Notícias:	Páginas 13 a 15
Opinião:	Página 16
Setorial:	Páginas 17 a 19
Notícias e Agenda:	Página 20

ufmg em imagens

Bloco A, no campus do ICA







Vista do bloco C em diversos ângulos







Lucas Daian

Seis cursos de graduação, 835 discentes entre alunos de graduação (Administração, Agronomia, Ciências de Alimentos, Engenharia Agrícola e Ambiental, Engenharia Florestal e Zootecnia), especialização (em Recursos Hídricos e Ambientais) e mestrado (em Ciências Agrárias), 62 docentes, 65 servidores técnico-administrativos, biblioteca e uma fazenda experimental. Esses dados resumem um pouco a comunidade e a estrutura do Instituto de Ciências Agrárias da UFMG, unidade acadêmica situada em Montes Claros – MG. De Colégio Agrícola – fundado em 1964 - a Instituto de Ciências Agrárias já se vão 47 anos de uma história de luta e sucesso que conferem ao ICA o reconhecimento como centro de excelência de ensino, pesquisa e extensão na região norte do Estado.







Vista da cidade de Montes Claros

espaço associado

PRODUÇÃO CIENTÍFICA: QUANTIDADE OU QUALIDADE?

Prof. Henrique Pimenta Barroso Magalhães
Diretoria Setorial de Ciência e Tecnologia da APUBH

A construção do conhecimento científico ao longo da História Humana se embasa na livre observação dos diversos fenômenos. Para se alcançar a verdadeira essência do entendimento, é necessário uma observação pura e uma imaginação realmente livre para esclarecer o fenômeno estudado.

A produção científica no Brasil tem sido orientada por uma linha de produção científica: quem mais produz, mais se apodera dos recursos dos orgãos financiadores. Este círculo vicioso tem gerado uma ciência viciada, hipertrofiada em alguns setores muito específicos e outros extremamente fragilizados pela falta de recursos e de desenvolvimento. Este domínio de poucos grupos é extremamente negativo por produzir um conhecimento comprometido com a visão de poucos, que é naturalmente viciada com o modo de sentir, perceber e interpretar destes pequenos grupos. A investigação científica verdadeira deve ser sempre autônoma, livre e geradora de amplos debates que possam disseminar e fazer desenvolver o verdadeiro espírito científico.

Devemos pensar num modo mais inteligente e equitativo de distribuição de recursos pelos orgãos fomentadores, incentivando a participação maior de grupos novos, para que se potencialize rapidamente nossa capacidade investigativa, por uma competição sadia pelo fazer e saber científico, onde circulam os bons ventos de ideias e de onde brota a frondosa árvore da sabedoria, com seus frutos diversificados pelas diversidades dos saberes.

Que esta reflexão sirva de real incentivo para aqueles que têm verdadeiro interesse pela ciência e incomode os que só querem o poder que adquirem com o uso da ciência.

Democrático e inclusivo deve ser o acesso a Ciência, que deve começar bem cedo nas escolas de Ensino Fundamental e Médio, fazendo despertar nos corações dos jovens o gosto pela autêntica e livre Investigação Científica.

O papel da Ciência foi sempre de um feixe de luz a clarear as trevas da ignorância, preconceitos e dogmatismos e é esta sua posição natural, reconhecer e revelar as verdades ou as novas percepções.

Pois que este texto incentive toda a comunidade acadêmica a uma reflexão criativa para melhoria e ampliação dos horizontes de possibilidades reais do Fazer Científico em nossas Universidades e Centros de Pesquisas.



jurídico

Flávia da Cunha Pinto Mesquita
Assessora jurídica da APUBH
Integrante do escritório Geraldo Marcos & Advogados Associados

TRIBUNAL DETERMINA APLICAÇÃO DE NORMAS MAIS BENÉFICAS PARA SERVIDORA APOSENTADA POR INVALIDEZ, GARANTINDO-LHE A INTEGRALIDADE E PARIDADE

O Tribunal Regional Federal da 5ª Região reconheceu, em ação de Clênio Pacheco Franco Advogados e Consultores Jurídicos, escritório associado a Geraldo Marcos & Advogados Associados, o direito de uma servidora pública federal aposentada, em março de 2010, de ter seus proventos regidos pelas normas anteriores à Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, em função de a mesma ser portadora de doença incapacitante desde 2001.

A comprovação de que a doença que a incapacitou existe há dez anos garantiu, ao menos até o julgamento final do processo, a aplicação das regras previstas na Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998 no que diz respeito à paridade com os servidores em atividade (reajustes nas mesmas datas e percentuais) e à integralidade dos proventos (benefício igual ao último valor recebido na ativa).

Segundo a Desembargadora Federal, Margarida Cantarelli, como a doença incapacitante existia desde 2001, àquela época já se encontravam presentes as condições para a aposentadoria por invalidez devendo, portanto, ser aplicadas as normas então em vigor, afastando-se, portanto, a proporcionalidade (média aritmética simples de suas maiores remunerações) e equiparando-se os proventos com os valores percebidos pelo pessoal da ativa.

A Desembargadora ressaltou o entendimento já pacificado pelo Supremo Tribunal Federal - STF de que a aposentadoria é regida pelas normas constitucionais e legais em vigor na data em que o servidor preenche as condições exigidas.

No caso, a prova que a doença que deu vez à aposentadoria por invalidez acometeu a servidora em momento muito anterior à entrada em vigor da Emenda Constitucional 41/2003 foi feita com base em atestados médicos apresentados que demonstraram as sucessivas licenças médicas devidas à mesma doença, desde o ano de 2001. Além disso, o laudo médico oficial, que fundamentou a aposentadoria por invalidez apontou que patologia iniciou-se antes de 19 de fevereiro de 2004, data da edição da Medida Provisória nº 174/2004 convertida na Lei nº 10.887/2004, que regulamentou a Emenda Constitucional nº 41/2003.

Essa decisão vai de encontro à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 270/08, em trâmite na Câmara dos Deputados, que torna a aposentadoria por invalidez no serviço público integral e com paridade em relação aos servidores da ativa.

Já em outro processo, o Superior Tribunal de Justiça garantiu a um servidor aposentado por invalidez, em decorrência de doença grave, a integralidade de seus proventos para que seja afastada a aplicação do cálculo pela média aritmética previsto na Lei nº 10.887/2004.

Segundo o Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, a 3ª Seção do STJ pacificou o entendimento de que a Emenda Constitucional nº 41/2003, ao extinguir o cálculo integral para as aposentadorias concedidas nos termos do art. 40, § 3º da Constituição Federal e da Lei nº 10.887/2004, excetuou expressamente os casos em que o pagamento deve ser percebido integralmente, como no caso de servidor público aposentado por invalidez permanente, decorrente de doença grave, prevista no rol taxativo da legislação (art. 40, § 1o., I da CF/88 e art. 186, I, §1º da Lei 8.112/90). Nesse processo, contudo, não foi assegurada a paridade com os servidores em atividade.

Dessa forma, os docentes que tenham se aposentado por invalidez, a partir de 1º de janeiro de 2004, e que se encontrem nas situações acima descritas, têm o direito de terem os seus proventos revisados. Para tanto, devem procurar a assessoria jurídica da APUBH, em um dos plantões que ocorrem às segundas, de 10h às 13h e às quartas, de 15h às 18h.

jurídico

JUSTIÇA FEDERAL DE MINAS GERAIS DETERMINA NOMEAÇÃO DE PROFESSORA TITULAR, APROVADA EM SEGUNDO LUGAR DO CONCURSO REALIZADO PELA UFMG

Infelizmente, não são raros os casos de professores da UFMG, candidatos às vagas de Professor Titular, preteridos em concursos públicos por razões que violam o princípio da impessoalidade e o da moralidade.

Esse, inclusive, foi o entendimento do Juiz Federal da 28ª Vara da Justiça Federal de Minas Gerais, em Mandado de Segurança, com pedido de liminar, proposto por professora do Departamento de Engenharia de Estruturas da Escola de Engenharia da UFMG.

Segundo o Juiz Federal, Paulo Alkmin Costa Júnior, "em se entendendo que não é desejo da Administração Pública permitir a contratação da impetrante, restaria reforçada a argumentação de que a decisão de não nomeá-la, a despeito da existência de vaga aberta, não atende ao interesse público e ofende aos princípios da impessoalidade, moralidade, razoabilidade e proporcionalidade".

No caso narrado, como existe vaga no Departamento e a profa. foi aprovada em segundo lugar de concurso realizado anteriormente e ainda válido, fica claro que a sua situação pessoal específica foi levada em consideração na decisão de não nomeá-la e por isso, optou-se pela nomeação de professor externo ao Departamento.

Nesse sentido, o Juiz ressaltou que essa decisão "extrapolou o âmbito da discricionariedade administrativa e merece reforma pelo Poder Judiciário, em ordem a fazer prevalecer o ideal de impessoalidade no trato do interesse público", pois, afirmou o Juiz, "deveria levar em conta apenas a necessidade de novo docente na área de atuação para a qual já havia candidato aprovado em concurso público, e não a situação pessoal específica da candidata passível de nomeação".

Diante disso, deferiu o pedido de liminar pleiteado, para o fim de determinar a imediata nomeação da professora para ocupar a vaga de Professor Titular no citado Departamento.

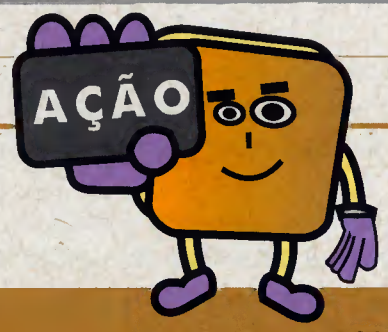
Embora essa decisão seja passível de recurso ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região, é um importante precedente, pois enfrentou o fundamento da opção pela nomeação de candidato externo ao Departamento, sobretudo porque se tentou a revisão do ato no âmbito administrativo, mas infelizmente não se obteve sucesso.

Publicado com autorização da professora.

APUBH PARTICIPA DO FÓRUM JURÍDICO DO PROIFES

O presidente da APUBH, prof. José Lopes de Siqueira Neto e a assessora jurídica, Flávia da Cunha Pinto Mesquita, marcaram presença, no dia 10/06, no FÓRUM JURÍDICO DO PROIFES, realizado na sede do PROIFES em Brasília, no qual foram debatidos por advogados e diretores das Associações de Docentes presentes no evento, temas de relevância para a carreira docente, dentre os quais se destacam:

1. PROJETO DE LEI nº 1992/2007, que trata do regime de previdência complementar para os servidores públicos federais;
2. Direito de greve: tramitação do PROJETO DE LEI nº 4497/2001, que dispõe sobre o exercício do direito de greve pelos servidores públicos;
3. MEDIDA PROVISÓRIA nº 525/2011, aprovada em 08/06/2011 pela Câmara dos Deputados e que altera a Lei 8.745/93, no tocante à contratação de professores substitutos e prevê a contratação de professores temporários para o REUNI;
4. INSTRUÇÃO NORMATIVA nº 65 do Tribunal de Contas da União, que exige dos servidores públicos a assinatura de autorização de acesso aos dados das Declarações do Imposto de Renda Pessoa Física e as respectivas retificações, apresentadas à Receita Federal, em clara violação aos artigos 5º, incisos X e XII e 37, caput, da Constituição Federal;
5. Corte do auxílio transporte recebido pelos docentes, por determinação do Ministério do Planejamento, em algumas IFES e IFETS;
6. PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO nº 14/2011, que autoriza a criação da empresa pública denominada Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), a qual irá gerir os hospitais universitários e federais.



PROFESSORES FILIADOS AINDA PODEM ENTRAR COM AÇÃO QUE VISA O CORRETO ENQUADRAMENTO NA CLASSE DE PROFESSOR ASSOCIADO

Diante do precedente anunciado anteriormente, relativo à decisão judicial proferida pelo Juizado Especial da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte, na qual foi determinado o correto enquadramento de professor da carreira do magistério superior na classe de professor Associado, tendo em vista o tempo de permanência na classe de professor Adjunto, nível IV, bem como do prazo para ingresso das ações individuais, a APUBH, em nome de seus filiados, apresentou PROTESTO JUDICIAL visando a interrupção do referido prazo prescricional.

O protesto foi distribuído em 27/05/2011 para a 06ª Vara da Justiça Federal de Minas Gerais e recebeu o nº 28463-47.2011.4.01.3800.

Com isso, os professores do magistério superior, ativos, que progrediram para a classe de Associado, nível I, mas que permaneceram na classe de Adjunto, nível IV, por mais de 4 anos, ainda podem entrar com a mesma ação judicial. **Havendo êxito, as diferenças remuneratórias relativas ao correto enquadramento ficarão, contudo, restritas aos 5 (cinco) anos anteriores à data do ajuizamento da ação.**

Lista de documentos

Assim, **os professores filiados à APUBH até 27/05/2011** e que tiverem interesse na ação anunciada, devem providenciar as cópias dos seguintes documentos:

1) RG, CPF e comprovante de endereço;

2) contracheques de fevereiro/2009, julho/2010, do contracheque recente e daquele relativo ao primeiro mês da progressão para associado III;

3) Portaria de progressão para a classe de Adjunto IV;

4) Portaria de progressão para a classe de Associado I.

Além desses documentos, são necessários os seguintes: procuração com firma reconhecida, contrato de honorários e declaração de hipossuficiência financeira, devidamente assinados, cujos modelos estão à disposição na sede e no site da APUBH.

A declaração de hipossuficiência deve ser assinada por aqueles que pretenderem solicitar isenção de custas e ônus sucumbenciais, o que, em princípio, está restrita aos que recebem até 10 salários mínimos (atualmente R$ 5.450,00).

Os documentos devem ser entregues na APUBH.

>> Página 8

capa

SEMINÁRIO SOBRE O COMBATE AO ASSÉDIO MORAL MOVIMENTA A UFMG

A comunidade universitária reuniu-se no dia 31 de maio para discutir as situações de violência no trabalho e os impactos à saúde dos trabalhadores. O II Seminário sobre o combate ao Assédio Moral teve como objetivo principal a discussão das práticas de assédio moral, em suas várias facetas, principalmente, nos segmentos da comunidade universitária. O evento promovido pela APUBH, SINDIFES (Sindicato dos Trabalhadores nas Instituições Federais de Ensino), DCE-UFMG (Diretório Central dos Estudantes), com o apoio da UFMG por meio da PRORH (Pró-Reitoria de Recursos Humanos) e CAC (Coordenadoria de Assuntos Comunitários) configurou-se como um espaço legítimo e democrático para a ampliação do debate e desenvolvimento de estratégias de combate e erradicação deste tipo de violência.

Na cerimônia de abertura, a administração central da UFMG foi representada pelo Prof. Lucas Bretas, pró-reitor de Recursos Humanos, que ressaltou a importância de discutir democraticamente as questões e formular propostas para melhorar a convivência dentro da universidade, com a possibilidade de estendê-las à sociedade. Neide Dantas, coordenadora do Sindifes, falou sobre a atualidade do tema e a sua satisfação por ver cheio o auditório da Reitoria – compareceram cerca de 400 pessoas –, mas descreveu a sua tristeza ao perceber que a motivação para o comparecimento são os problemas sérios no mundo no trabalho. "A presença dos 3 segmentos da comunidade universitária e a administração central mostra que estamos decididos a acabar com a prática. O maior patrimônio da UFMG são as pessoas e é necessário garantir o seu bem estar das pessoas em seu lugar de trabalho. Temos que ter como meta a felicidade das pessoas e, a partir desse seminário, identificar e combater as causas do sofrimento", afirmou José de Siqueira, presidente da Apubh. "Ainda é pouca a participação dos estudantes, mas é necessário ampliar a discussão sobre o assunto para aprender a identificar o assédio e combater as práticas, pois ele ocorre nos três segmentos: estudantes, servidores técnico-administrativos e docente", pontuou Isabela Ligeiro, coordenadora do DCE/UFMG.

Segundo a cartilha informativa sobre Assédio Moral no mundo do trabalho elaborada pelo escritório de advocacia "Wagner Advogados Associados", "assédio moral consiste na exposição dos indivíduos a situações humilhantes e constrangedoras repetitivas e geralmente prolongadas, durante o horário de trabalho e no exercício de suas funções, situações essas que ofendem a sua dignidade ou integridade física".



Simone Ribeiro

Cerca de 400 pessoas participaram do evento no auditório da Reitoria

Os aspectos físicos e mentais do assédio moral foram apresentados pela médica do trabalho e doutora em psicologia, Margarida Barreto. "O alvo do assédio moral geralmente é o sujeito que tem atitude mais combativa, não aceita transgressões, corrupção ou práticas que afetem a ética, e que há intenções claras para aquele que humilha", afirmou a médica. Referência nacional no assunto, Barreto explicou aos participantes do Seminário que não há impedimentos em razão do sexo para a ocorrência do assédio moral, nem tem classe social, raça, cor, ou etnia. "A tendência mundial é considerar que o assédio moral está ligado a fatores organizacionais e não apenas à personalidade do agressor ou da vítima. O assédio permeia as relações de trabalho entre empresa e empregado", ressaltou. Na carreira docente, por exemplo, o assédio revela-se no estabelecimento de metas impossíveis ou difíceis de cumprir como atingir tal volume ou número de publicações para que a faculdade ou curso atinja determinada posição.

Tradicionalmente, na opinião da pesquisadora, os espaços da humilhação do trabalhador são a empresa, o ambulatório das empresas e o INSS, pois são neles que o assédio ocorre e onde o resultado (dor física, dor moral e dor psíquica) das humilhações é percebido, denunciado ou tratado. Por isso, combater o assédio é dever da empresa, principalmente porque este diz respeito não apenas a uma pessoa, mas a um conjunto de trabalhadores.

Uma informação que poucas pessoas têm é a de quando a pessoa é assediada é obrigatória a emissão do CAT (comunicação de acidente de trabalho). Tal fato deve-se ao projeto de lei 7202/ 2010 que considera como acidente de trabalho a ofensa moral, conhecida como assédio moral, e garante ao trabalhador a proteção equivalente a um acidente com consequências físicas. Assim, o trabalhador assediado pode passar a ter direito a receber benefício da Previdência Social.



Simone Ribeiro

A professora Margarida Barreto mediou o debate dos representantes jurídicos dos sindicatos e da Procuradoria da UFMG

Para Carlos Cezar Soares Batista, chefe da Divisão de Promoção à saúde do Servidor do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG, a segurança e a saúde do trabalhador ultrapassou os muros da empresa e agora insere-se em vários segmentos, inclusive a educação. De acordo com Batista, cabe ao MPOG normatizar as leis, normas e regras relacionadas à saúde do trabalhador. Além disso, a portaria 1149 sobre doenças reconhecidas pelo SIASS pode ser usada também para identificar assédio moral.

Já o ouvidor-geral do Serviço Público Federal da Secretaria de Recursos Humanos do MPOG, Alberto Fillipi Barbosa, falou sobre o assédio moral e relações de trabalho no setor público, ressaltando que o Estado possui 10 milhões de servidores público e atua em mais de 400 atividades diferenciadas. "O processo de alienação facilita o assédio moral. Além disso, o silêncio e a falta de solidariedade do grupo ao qual a vítima pertence também contribuem. O assédio moral é muito maior do que o abuso de poder", ressaltou Barbosa. O site da ouvidoria (www.ouvidoriadoservidor.gov.br) disponibiliza informações para os servidores que sofrem assédio e querem denunciar ou pedir orientações sobre a conduta que deve ser adotada.

A experiência da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) no combate ao assédio moral foi relatada pelo professor Roberto Silva Pimentel, membro do Comitê de Mediação e Humanização das Relações de Trabalho (COMHUR). O Comitê surgiu para ajudar os servidores a fugir da pressão, da opressão e que, na maioria das vezes, não têm uma porta aberta para se fazer ouvir e encontrar uma solução. Pimentel também lembrou que o assédio não é sempre vertical e que são identificadas práticas do assédio horizontal, ou seja, de colega para colega.

Outro ponto abordado por Pimentel foi a não existência de uma norma federal sobre o assédio moral. Mas exaltou a sanção da Lei Complementar 116/2011, que trata da

prevenção e punição do assédio moral na Administração Pública Estadual, sancionada em 12 de janeiro de 2011 pelo governador Antônio Anastasia.

No período da tarde, o público presente pôde acompanhar o relato de servidores que sofreram ou sofrem assédio. Já os aspectos jurídicos relacionados ao combate ao assédio moral foram discutidos pelos advogados Marcelo Aroeira Braga, representando o SINDIFES; Flávia da Cunha Pinto Mesquita, representando a APUBH; Élcio Pacheco, representando o DCE-UFMG; e a procuradora-geral da UFMG, Simone Baccarini.

O assédio e a Apubh

O assédio relatado por professores nos plantões jurídicos do sindicato tem se apresentado nas seguintes situações: predomínio de instruções confusas dadas pelas chefias aos docentes, aplicação subjetiva das normas, publicidade das normas apenas para alguns docentes, diferenças na aplicação das normas para progressão ou participação em programas de pós-graduação, em que alguns professores têm mais facilidade de acesso que outros; bloqueio ao trabalho; ignorar a presença do docente (isolamento); imposição de trabalhos injustificados ou em prazos impossíveis de serem cumpridos; cessão de privilégios a determinados docentes em detrimento do prejuízo de outros, entre outros casos.

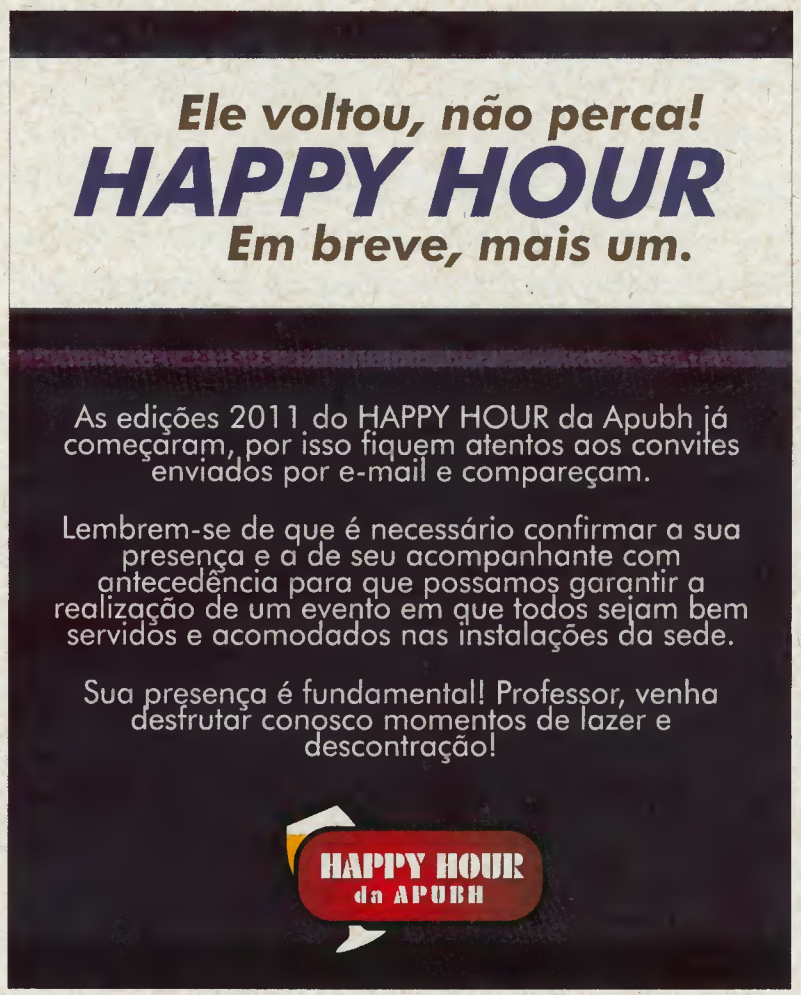
Pratica-se o assédio através de fofocas, constrangimento, perseguição, pequenas sabotagens como bloqueio do professor ao programa de pós-graduação, o que também impede a sua progressão na carreira; desqualificação do professor em relação a seus pares; recusa na comunicação direta, ou seja, recusa-se a conversar com seu par; condutas abusivas e agressivas e estímulo a agressividade entre os pares.

Há uma grande dificuldade para caracterização do assédio porque este ocorre sempre de forma velada e raramente há provas materiais da agressão e as testemunhas não se sentem a vontade para depor nos processos, o que dificulta a obtenção de indenizações. Na maioria das vezes, o agressor tenta justificar as suas ações com normas subjetivas. Por causa disso, alguns processos são julgados extintos por falta de provas.

Visando a solução dos casos, a advogada da Apubh, Flávia Mesquita, sugeriu a criação de uma comissão para tratamento dos casos de Assédio Moral composta por um advogado, psicólogo e assistente social para ouvir os relatos, orientar aos denunciantes e ajudá-los a enfrentar a situação. Pois constata-se também um isolamento dos docentes que sofrem o assédio ou porque não sabem lidar com a questão ou por não contar com o apoio dos colegas.

Outra proposta são as ações de conscientização da classe docente para o fato de que as normas da Capes - normalmente utilizadas para coibir ou assediar docentes - não podem ser aplicadas na Universidade no que diz respeito a admissão ou desligamento de docente e sobre as normas vigentes na UFMG para distribuição de encargos.

É necessário porém, esclarecer para os docentes o que é o assédio, pois é constante a confusão entre assédio moral e tratamento ríspido. Isto porque nem sempre o tratamento ríspido configura assédio moral. Em alguns casos, é a pessoa que se sente assediada sem que tenha havido uma situação real de assédio moral.



@campi ufmg

APUBH PARTICIPA DE EVENTO DE RECEPÇÃO A NOVOS SERVIDORES DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

A chegada em um novo local de trabalho é sempre acompanhada de ansiedade e expectativa sobre a receptividade dos novos colegas, a relação com a chefia e o desempenho com as novas atribuições. E foi justamente para facilitar esse processo de adaptação que foi promovido o I Encontro dos Servidores Recém-Contratados pelo Instituto de Ciências Biológicas - ICB, em que foram convidados representantes do Sindifes, da Apubh, da Nossacoop e da Casu, além do Reitor. Previsto para acontecer durante 4 (quatro) sextas-feiras consecutivas, o evento foi aberto no dia 20 de maio. De acordo com a Diretoria do ICB, "tal iniciativa decorreu da constatação, por parte da Diretoria do Instituto de Ciências Biológicas da UFMG, da necessidade de integrar de maneira mais objetiva e solidária, os servidores recém-contratados à vida acadêmica de nosso Instituto".

Os desafios atuais da UFMG foi o tema da conferência inaugural proferida pelo magnífico reitor da UFMG, professor Clélio Campolina. Segundo o reitor, "a instituição é permanente e vem antes das pessoas, por isso temos que pensar nela coletivamente. Ela é uma junção de 3 segmentos e não existiria sem um desses segmentos, pois eles são complementares", afirmou. Campolina também respondeu aos questionamentos dos novos docentes, especialmente, sobre fomento à pesquisa e acesso às bolsas.

A grande maioria dos participantes do encontro foi formada por docentes que também puderam conhecer as entidades representativas de classe, Apubh e Sindifes, e entidades



Simone Ribeiro

Evento reuniu a administração central, docentes e servidores, sindicatos, representantes da Nossacoop, Casu e Assufemg

como Casu e Nossacoop que prestam serviços para a comunidade universitária com condições mais atrativas e vantajosas do que as praticadas no mercado.

O presidente da Apubh, professor José de Siqueira, falou sobre o papel do sindicato na defesa dos interesses dos docentes tanto no âmbito da UFMG quanto nas esferas governamentais e convidou os docentes para conhecer a entidade. Já a coordenadora-geral do Sindifes, Cristina Del Papa, contou a história de lutas e conquistas do movimento sindical dos servidores técnico-administrativos.

// notícias

CORTES DE VERBAS NA EDUCAÇÃO: IMPACTOS NA UFMG

O corte governamental de 3 bilhões de reais nos recursos para a Educação gerou revolta e preocupação para a comunidade universitária da UFMG. E foi para discutir o impacto do corte, que estudantes, servidores técnico-administrativos, docentes e a reitoria reuniram-se na Praça de Serviços da UFMG, no dia 30 de março. A audiência pública "O corte de verbas e o impacto nas áreas sociais e na UFMG", promovida pela Apubh, Sindifes, DCE e reitoria, deveria contar também com a participação de um representante do Ministério da Educação que, devido a compromissos previamente agendados, não pôde comparecer.

A mesa de debates foi composta pelo presidente da Apubh, José de Siqueira, pela coordenadora-geral do Sindifes, Cristina Del Papa, pelo reitor da UFMG, Clélio Campolina e pelos coordenadores do DCE, Matheus Malta e Verônica Gomes. Os alunos dos cursos do Instituto de Ciências Agrárias da UFMG estiveram presentes e protestaram contra a falta de salas de aulas e laboratórios na unidade e contra o fato de serem alunos da federal, mas estudarem em uma instituição privada, numa alusão ao aluguel de salas do Instituto Santo Agostinho para as aulas do curso.

O reitor da UFMG, professor Clélio Campolina explicou que a universidade está em franca expansão e que todos os vestibulares previstos para o Reuni já foram abertos. Campolina mencionou ainda o recente corte no orçamento, suspensão de concursos e nas verbas para custeio de viagens, entre outros e que afetam a dinâmica de funcionamento da Universidade. Além disso, há um atraso nas obras realizadas no campus, principalmente, daquelas que precisam de aporte financeiro para serem finalizadas ou iniciadas, como é o caso do CAD 3.

José de Siqueira, presidente da APUBH, chamou atenção para as condições do trabalho docente e dos servidores técnico-administrativos na UFMG que tiveram a sua carga de trabalho aumentada em função do Reuni. Por isso, os concursos e a contratação de pessoal novo é fundamental para garantir a "saúde" da educação que se quer oferecer aos milhares de alunos da universidade. Siqueira também posicionou-se contrário à contratação de professores substitutos, pois é uma solução temporária para um problema que só pode ser sanado com a realização de concursos para





Simone Ribeiro

Apubh, DCE, SINDIFES e Reitoria discutiram com a comunidade universitária o impacto do corte de verbas

professores efetivos..E, finalmente, ressaltou a importância da publicação de uma moção contrária aos cortes nos recursos.

Por sua vez, Cristina Del Papa, coordenadora-geral do Sindifes, ressaltou que os cortes afetam toda a comunidade universitária e que o Reuni foi implantado de cima para baixo e sem a preparação prévia da Universidade e seus servidores. Del Papa criticou ainda a PLP 549 que prevê o congelamento dos salários dos servidores e gastos com investimentos por 10 anos e ressaltou que os servidores técnico-administrativos estão mobilizados, apesar do indicativo de greve ter sido adiado até o dia 25 de abril, isto é, até a conclusão da mesa de negociação com o MPOG.

A representante do DCE, Verônica Gomes, destacou o impacto do Reuni sobre os estudantes que convivem diariamente com salas de aulas superlotadas, falta de laboratórios, entre outros problemas.

// notícias

I ENCONTRO DAS ESCOLAS DE APLICAÇÃO DAS IFES

Prof. Fábio Costa Pedro
Centro Pedagógico / UFMG

A indefinição institucional com relação a responsabilidade de gestão das Escolas de Aplicação das IFES ocasiona dificuldades à atuação das mesmas em seus programas de ensino, pesquisa e extensão, exigências estas das instituições no âmbito das universidades federais. Os problemas vão desde a captação de verbas de manutenção e custeio, à abertura de vagas para concurso de professores efetivos e contratação de substitutos. Outras questões que envolvem a carreira EBTT, como a regulamentação da progressão na carreira, o banco de professor equivalente para a carreira do EBTT e até projeto de portaria com a sugestão da municipalização ou estadualização das CAP's foram debatidas no 1º Encontro das escolas de aplicação das IFES.

As atividades ocorreram na sede do PROIFES (Fórum) em Brasília, entre os dias 20 e 21 de maio de 2011. Nestes dias ocorreram mesas redondas onde se discutiu: A regulamentação da carreira e o banco de professores equivalente como prioridade da luta política; as escolas de aplicação e sua atuação no ensino, na extensão e na pesquisa, as unidades de Ed. Básica, e seu estatuto nas universidades.

O Secretário da Educação Superior (Sesu), Luís Cláudio Costa, que participou de uma das mesas, em sua exposição afirmou que existem duas comissões: um pelas CAP's e outra pelas Escolas Técnicas, ambas trabalhando nas definições de regulamentação para estas escolas. Enquanto isto não ocorrer, não há como discutir carreira ou banco de professor equivalente para os CAP's e Escolas Técnicas. Para o secretário, as propostas de regulamentação estão avançando. O Secretário disse ainda que, para atender as necessidades emergenciais como a contratação de professores substitutos para os CAP's e Escolas Técnicas, será publicada uma portaria em breve.

O Encontro contou ainda com a exposição da representante da Secretaria de Educação Básica (SEB) do MEC, Sandra Regina Garcia, que disse que a expectativa da SEB é de contribuição pelo CAP's de propostas para a educação no país.

O Diretor da Escola de Aplicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Edson Lindner, apresentou aos professores o documento entregue à Sesu do MEC pelo Conselho Nacional dos Dirigentes das Escolas de Educação Básica vinculadas às Instituições Federais de Ensino Superior (Condicap) com princípios e apontamentos que devem orientar a normatização dos CAPs.

Nas deliberações finais do I Encontro das Escolas de Aplicação das IFES o encaminhamento da plenária foi de que o PROIFES reivindique:

- inclusão, no âmbito da SESU, da discussão sobre o funcionamento das unidades de educação infantil mantidas e administradas por universidades federais brasileiras, nos mesmos moldes em que foram recentemente criadas – com o objetivo de debater a regulamentação, respectivamente, dos Colégios de Aplicação e das Escolas Técnica Vinculadas – as Comissões integradas por representantes do Conselho Nacional dos Dirigentes das Escolas de Educação Básica vinculadas às Instituições Federais de Ensino Superior (CONDICAP) e do Conselho Nacional dos Diretores de Escolas Técnicas Vinculas às Universidades Federais (CONDETUF).

- inserção do PROIFES, o mais prontamente que for viável, nos trabalhos das Comissões supra mencionadas, de modo a que a nossa entidade possa contribuir para o andamento dos trabalhos, de forma propositiva, como assim o tem feito em inúmeros temas de interesse da educação brasileira nos últimos anos.

- pronta instalação de Mesa de Negociação, da qual participem o MEC e o MPOG, para discussão de encaminhamentos relativos a pontos pendentes dos Termos de Acordo assinados em 2007 (Magistério Superior) e 2008 (Ensino Básico, Técnico e Tecnológico) entre PROIFES, CUT, MEC e MPOG, inclusive para debater a Carreira Docente do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico.

// notícias

UFMG LANÇA CAMPANHA BOCADOS DE GENTILEZA

Foi lançada, no dia 04 de abril, na reitoria da Universidade Federal de Minas Gerais, a Campanha Bocados de Gentileza, cujo objetivo é a conscientização da comunidade universitária para a importância da boa convivência nos campi.



Simone Ribeiro

O lançamento da campanha foi realizado na Reitoria da UFMG com a presença de convidados

A campanha tem o apoio das três entidades representativas da comunidade universitária: Sindicato dos Professores de Universidades Federais de Belo Horizonte e Montes Claros – Apubh, Sindicato dos Trabalhadores nas Instituições Federais de Ensino - Sindifes e Diretório Central dos Estudantes – DCE UFMG. De acordo com o pró-reitor Administrativo, professor Márcio Batista, a campanha é importante porque responde a uma necessidade patente que é de trabalhar as relações de convivência dentro do espaço dinâmico e em expansão da UFMG cujos reflexos são percebidos, principalmente, no aumento do tráfego de pessoas e de veículos nos campi.

O coordenador do Centro de Comunicação da UFMG – CEDECOM, Marcelo de Freitas, apresentou a campanha e ressaltou que o maior desafio é mudar os comportamentos. Bocados de Gentileza tem três eixos principais: trânsito, limpeza e respeito às àreas verdes, trabalhados em peças de comunicação tais como outdoors, totens, adesivos, folders. Além disso, foram confeccionados canecas, squeezes, botons, lixeiras para carros e multas simbólicas para os motoristas que estacionarem em locais proibidos. O bom humor é utilizado para sensibilizar os públicos-alvo: comunidade interna (professores, alunos, servidores técnico-administrativos e tercerizados), comunidade externa e pessoas que transitam pelos campi.

"Quando se fala em gentileza, fala-se em qualidade de vida, em solidariedade, em escolhas que fazem a diferença no dia a dia. Assim, escolher ser gentil, ser educado, respeitar espaços coletivos, respeitar a natureza, são pequenas atitudes que impactam positivamente o cotidiano do nosso fazer, da nossa vida", destacou a coordenadora-geral do Sindifes, Neide Dantas em seu discurso.

O presidente da Apubh destacou a importância da campanha e frisou o fato de que "gentileza implica em colocar-se no lugar do outro, traz algo muito maior que é o cuidado com o outro, do bem estar do outro e não só do meu próprio bem estar e isso é fundamental nessa contemporaneidade em que a gente tem vivido uma exacerbação do individualismo".

Maíra Garcia, do DCE, enfatizou o fato da campanha abordar a questão da educação no trânsito dentro dos campi, pois este tem sido um dos maiores problemas da comunidade universitária.

Clélio Campolina, reitor da UFMG, destacou o trabalho coletivo da universidade (reitoria) com os três segmentos da universidade (professores, estudantes e servidores técnico-administrativos) para a consolidação da campanha. O reitor também manifestou a sua esperança na obtenção de resultados positivos da campanha no sentido de equacionar uma boa parte dos problemas de trânsito, de segurança, de preservação das áreas verdes e de limpeza vivenciados pela comunidade. "Vamos ter esperança de que vai dar certo e que vamos construir um novo clima dentro da UFMG", finalizou.

A campanha Bocados de Gentileza também pode ser acompanhada através das mídias sociais (twitter e facebook) e através do blog (www.ufmg.br/bocadosdegentileza).

+ opinião

O QUE EU PENSO DA CAMPANHA DAS "MALDADES" DA APUBH

Armando G. M. Neves
Professor do depto. de Matemática da UFMG e 1° vice-presidente da Apubh

Nas últimas semanas, os totens e outdoors da Apubh foram ocupados por diversas "maldades" contra a universidade e o serviço público. Uma a cada semana as maldades falavam da precarização do trabalho docente, da aposentadoria integral perdida por vários dos docentes, da privatização dos hospitais universitários e do projeto de lei para limitação de gastos com os salários de servidores públicos por dez anos. Como complemento ao sadismo de nosso sindicato posso só acrescentar: é tudo verdade, ou pelo menos pode vir a sê-lo.

Não adianta que, em gesto de avestruz, escondamos a cabeça em um buraco. É preciso reagir, é preciso esclarecer a sociedade, é preciso demonstrar nossa contrariedade e é preciso apontar alternativas.

No último dia 1°/6 uma das maldades que denunciamos sofreu um revés. A Medida Provisória (MP) 520, que abre caminho para a privatização dos hospitais universitários (HUs), foi derrubada no Senado. Não definitivamente, uma vez que nenhuma proposta que pudesse resolver todos os problemas desses hospitais tenha sido apresentada. Foi simplesmente uma revolta regimental dos senadores da oposição, incomodados com o grande número de MPs enviadas pelo governo e com o pouco tempo para analisá-las. É bastante provável que a MP 520 reapareça em breve travestida de alguma outra forma. De qualquer maneira, a derrota imposta ao governo neste caso sinaliza para que sejam novamente discutidas as candentes questões dos HUs e uma solução melhor que a MP 520 seja encontrada para eles. Foi uma vitória também da parte da sociedade – professores, servidores e estudantes da UFMG inclusive – que ainda procura manter o caráter público e de ensino e pesquisa dos Hus.

Outras maldades continuam a nos ameaçar: as velhas que não foram ainda conjuradas e as novas que irão certamente aparecer. A Apubh continuará seu trabalho de noticiá-las, de procurar compreendê-las, de tentar buscar soluções, de negociar com o governo e com a reitoria da UFMG.

Mas, sobretudo, a Apubh não pode pensar com cabeça própria e nem agir com braços próprios. A diretoria da Apubh é uma pequena parcela dos professores da UFMG e não deve pensar por todos eles sob pena de extrapolar sua atividade mais importante, que é a de representar esses professores.

Eis pois que a campanha "O que você pensa disso ?", ou a campanha das maldades como gosto carinhosamente de chamá-la, é uma campanha de mobilização e afiliação. Estamos vivendo na UFMG e nas demais universidades federais um momento de crescimento ímpar. Isto traz grandes problemas, mas também grandes e interessantes desafios.

Um deles é o fato de que o perfil do corpo docente da UFMG sofreu uma grande mudança, com a contratação de grande número de professores não somente novos, mas sobretudo jovens. A Apubh quer representar também esses professores.

Além do mais, o momento é de muito trabalho para os professores, sejam eles novos ou antigos. É muito fácil perder-se no trabalho de rotina e esquecer-se de ler, pesquisar, pensar, discutir. Essas são as minhas atividades preferidas e creio o sejam também para a grande maioria dos colegas. Mas não podemos pensar só sobre os assuntos profissionais. É preciso estar a par do que nos acontece como classe e como cidadãos do Brasil e do mundo. Em outras palavras, temos também que nos mobilizar.

Venha então, professor, à sede da Apubh e aos eventos que promovemos. Teremos imenso prazer em compartilhar com você nosso trabalho, nossos resultados, nossos planos e ouvir também sobre os seus. Juntos poderemos fazer muito mais pela UFMG, pelo Brasil, pelo mundo.

[] setorial

PLANTADA A SEMENTE DO IPE – INSTITUTO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO

"A Apubh idealizou o Instituto de Pesquisa em Educação, mas sozinha não vai conseguir fazer nada e, aliás, esse não é o objetivo; não é a criação de mais um instituto que tenha como objetivo fazer pesquisas em educação, mas um que traga a visão dos trabalhadores e dos estudantes para melhoria da educação nos nossos países. A intenção é fazer algo que seja duradouro, que tenha efeitos concretos, que seja visível, que traga realmente transformação". Com essas palavras, José de Siqueira, presidente da Apubh abriu o I Encontro Sindical sobre o IPE, no dia 26 de março, no auditório do Instituto de Ciências Exatas da UFMG.

Com a presença de representantes de associações e sindicatos docentes de instituições de ensino público e privado de Minas Gerais e de Santa Catarina, dos servidores técnico-administrativos da UFMG, entidades estudantis e da Federação dos Docentes Universitários da Argentina – FEDUN, o evento teve como objetivo principal promover a discussão sobre a criação e implantação do Instituto de Pesquisa em Educação - IPE no Brasil e na América Latina. "A proposta é de fazer algo pela educação que, em princípio, deve beneficiar os trabalhadores da educação e estudantes também, mas eu acho que é mais do que isso, porque o que quer que a gente faça em prol de uma parte da educação vai em benefício de toda a educação e, portanto, é em benefício de toda a sociedade", ressaltou Armando Neves, vice-presidente da Apubh.

O IPE foi concebido com base nas experiências de criação e atuação de institutos como o Dieese - Departamento Intersindical de Estudos Socioeconômicos e Estatística e o Diap - Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar que conseguiram, com sucesso, reunir os trabalhadores em torno de uma causa comum: a defesa de seus interesses e a aquisição/obtenção, divulgação e produção de conhecimento sem a chancela de qualquer partido ou governo, ou seja, de forma autônoma e organizada. Por isso, um dos pontos centrais do encontro foi a afirmação unânime da importância da união dos 3 segmentos da comunidade universitária (docentes, servidores e estudantes) e, principalmente, a união dos sindicatos e entidades estudantis.



Simone Ribeiro

Armando Mendes, da Apubh, e Geraldo Correa, do SINTAPPI, consideraram positiva a criação do IPE

Mônica Souza, diretora do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais – Sind-Ute chamou a atenção para o fato de que "as categorias da educação têm uma impressão negativa de uma pesquisa, porque ela é sempre desfavorável para os trabalhadores, porque uma coisa que me chamou a atenção e eu repito e concordo em gênero, número e grau, é que nós não somos atores nesse meio". Por isso, para ela, a proposta do IPE é interessante. "Não tenha dúvida de que se a gente tiver esse instituto educacional com nosso olhar, que reflita a nossa necessidade, eu acho que vai ser um avanço", completou Souza.

Essa visão é compartilhada por Ângelo Filomeno Palhares Leite, diretor do Sindicato dos Professores do Estado de

Minas Gerais - Sinprominas, "nós apoiamos a ideia e achamos a pesquisa estratégica, pois a gente tem uma quantidade de dados que podem ser unificados, nós podemos ter esse papel de sistematizar, produzir que o que não tem e mais do que isso nos alimentar. Isso promove até a unidade, ter um saber comum, o conhecimento é para todo mundo. Independente das diferenças ideológicas que possam ter, e elas existem, mas isso permite ter uma ação conjunta, até unifica a ação do movimento sindical", afirmou.

A carência de dados dos movimentos sociais sobre a educação foi lembrada pelo diretor de Universidades Públicas da UNE e Coordenador geral do DCE-UFMG, Matheus Malta. Para ele, "os dados relativos a educação tem monopólio do governo". Ainda de acordo com Malta, a criação do IPE vai servir para fornecer dados mais confiáveis sobre a situação da educação no país, quebrar o monopólio dos dados, fortalecer mais a unidade dos setores que têm relação com a educação e fomentar a formulação de políticas sobre o setor.

Mudar a realidade do país é uma das funções da pesquisa segundo Geraldo Corrêa, diretor do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Assessoramente, Pesquisas, Perícias e Informações no Estado de Minas Gerais, SINTAPPI/MG. De acordo com Corrêa, "o IPE terá a contribuição de todos os sindicatos, terá uma soma de experiência para contribuir para que o Brasil seja realmente uma república, contribuir com esse espírito de coisa pública, de construção de uma nação".

Outro ponto destacado foi o fato de que o IPE produzirá pesquisas não apenas sobre a situação dos trabalhadores do ensino superior, mas englobará também a educação básica, fundamental, técnico e tecnológico dos setores público e privado. Esta integração parte da constatação de que os segmentos, apesar das suas especificidades, possuem dificuldades muito similares, todas baseadas na falta de conhecimento, na falta de divulgação desse conhecimento e na falta de efetividade do conhecimento. Para Siqueira, você precisa saber onde agir, como agir e o que fazer para obter o que você quer e, para isso, o conhecimento é fundamental.

Para os participantes do Encontro, as pesquisas são necessárias e têm um valor inestimável, pois retratarão a realidade da educação e das condições de trabalho da época em que serão desenvolvidas. E por terem essa característica, permitirão que os sindicatos iniciem um processo de diagnóstico, proponham medidas para sanar a situação diagnosticada e implantem medidas de acompanhamento para verificar se as propostas foram efetivas.

O professor Tomaz M. Araújo, do Sindicato dos docentes da Universidade Federal de Alfenas, chamou a atenção para uma outra função do IPE, pois "esse instituto não vai apenas auxiliar o professor, o técnico-administrativo e o aluno, esse instituto vai servir como uma ferramenta muito boa para os dirigentes, no sentido, inclusive de criar ferramentas que possibilitem aquilo que se propaga muito dentro das universidades que é a autonomia universitária", declarou. Tomaz ainda completou dizendo que talvez, nos últimos anos, essa tenha sido a proposta mais inovadora e que, concretizada, trará com certeza muita melhoria em termos de ensino neste país. Além disso, ressaltou o fato de que se, na época do lançamento e implantação do Reuni, já existisse um instituto como o IPE com dados sobre a situação da Educação para atuar e confrontar a proposta do Mec ou orientado as universidades, os erros cometidos não teriam acontecido.

Os problemas e as consequências da implantação do Reuni nas Universidades também foi abordado pela professora Rejane Corrêa da Rocha, vice-presidente do Adfunrei – Seção Sindical dos Docentes da UFSJ, para quem o IPE será fundamental para estudar as questões da educação ligadas ao crescimento desordenado das universidades promovido pelo Reuni e a qualidade do ensino.

Cristina Del Papa, coordenadora-geral do Sindifes, ressaltou três aspectos sobre a pesquisa no país: a falta de investimento em pesquisa do e no serviço público; o êxodo de pesquisadores para fora do Brasil, principalmente para os Estados Unidos, porque não acharam campo dentro do país; o alto custo das patentes e o fato de que a pesquisa atualmente interessa mais à iniciativa privada do que ao setor público, pois burocraticamente o setor público não consegue viabilizar patentes e trabalhar com essa pesquisa. Para Del Papa, o IPE será extremamente importante para fazer

pesquisa sobre assédio moral no serviço público, que é completamente diferente na sua duração do que na iniciativa privada, e para indicar maneiras de combatê-lo; realizar pesquisas sobre a saúde dos trabalhadores em educação e apontar soluções para os problemas acarretados pela expansão das universidades em função do Reuni.

O financiamento do Instituto de Pesquisa – IPE também foi discutido pelos presentes. Tomaz, da Adufal, manifestou preocupação com a viabilização do IPE em função do seu alto custo e apontou a necessidade de discutir a questão de forma mais profunda e complexa no próprio anteprojeto e nas reuniões com as entidades. Del Papa sugeriu que "as contribuições mensais sejam proporcionais ao número de filiados que os sindicatos ou entidades filiadas possuem, ou seja, uma porcentagem daquilo que é arrecadado, pois esta seria uma forma mais justa". De acordo com José de Siqueira, a ideia é pedir uma assessoria ao Dieese para definir a porcentagem e a melhor forma de fazer a arrecadação das contribuições dos sindicatos e entidades filiadas ao IPE.

Marcelo Magnasco, da Federação dos Docentes Universitários de Buenos Aires – FEDUN, considerou que o primeiro passo para o IPE seria agir, ou seja, implantar o Instituto, para, em um segundo momento, formatar a questão dos recursos financeiros, "pois em nossos países acho que temos formas de conseguir financiar a pesquisa", ponderou. E completou, "Estamos falando de pesquisa dentro do sindicalismo, por isso, é uma vantagem trabalhar em conjunto com sindicatos e entidades representativas de docentes, técnicos e estudantes que, muitas vezes, possuem objetivos, necessidades diferentes, mas que são grupos que no momento estão trabalhando em conjunto em torno de um objetivo comum. E como trabalhadores universitários temos que fazer um esforço dentro de nosso campo de trabalho". Magnasco ainda mencionou a necessidade de fortalecer os direitos do povo para chegar a um maior nível de educação e produção de conhecimento. Porém, para ele, a questão não é produzir, mas distribuir o conhecimento.

"A proposta do IPE vem, justamente, ao encontro da necessidade de trabalhar a democracia participativa, mas de modo racional, adulto e responsável, bem ao gosto do que o pessoal gosta de apontar que a categoria sindical deveria fazer, mas não faz. Então acredito que o IPE terá condições de dar uma visão do passado e apontar para o futuro, não só da questão da educação, mas na saúde, na segurança pública e por aí afora. Porque com dados concretos, reais, nós podemos numa conversa serena, branda, racional, tranquila, apontar os erros que cometemos no passado e que não queremos cometer no futuro", disse o professor Márcio Campos, diretor



Simone Ribeiro

Ângelo Filomeno, SINPRO, e Mônica Souza, SindUte, também participaram das discussões

do Sindicato dos Professores das Universidades Federais de Santa Catarina - Apufsc.

Wagner Pereira Reis, da Associação dos Docentes da Universidade Federal de Lavras – Adufla, ressaltou a necessidade das questões abordadas durante o encontro, serem levadas "para as associações para que estas tomem as decisões necessárias até no aspecto de investir ou não na criação de um instituto tão importante quanto esse. Nós precisamos desse instituto acima de tudo para termos uma ideia e um pensamento comum".

O Encontro foi encerrado com a produção da Declaração do encontro sindical e estudantil em Belo Horizonte em que as entidades presentes reconhecem a importância e necessidade de um Instituto de Pesquisa em Educação e comprometem-se a discutí-la em suas bases para, posteriormente, efetivar a sua criação.

>> Página 19

// notícias



1) Apubh ganha sala para atendimento aos professores no Campus ICA - Montes Claros

Em breve, os filiados da Apubh em Montes Claros poderão contar com um espaço para atendimento, descanso e apoio. Em parceria firmada com a direção do Instituto de Ciências Agrárias, uma sala foi destinada ao sindicato, que está providenciando a compra do mobiliário e dos equipamentos. Ressalta-se que o espaço também será utilizado para realização de reuniões da diretoria da Apubh com os professores do ICA e para atendimento jurídico que está previsto para acontecer de dois em dois meses.

2) Novo Convênio

A Apubh firmou convênio com a Clínica de Reabilitação Fisicamente para prestação de serviços de fisioterapia, fonoaudiologia, psicologia e terapia ocupacional com desconto de 10% sobre o preço total dos serviços/atendimento. A Clínica conta com uma equipe interdisciplinar de profissionais e um excelente espaço físico para um atendimento de qualidade.

Endereço: Rua Luiz Ferreira de Araújo, 11, Parque São Pedro – Venda Nova
Telefone: (31) 3454-9936

_/ agenda apubh

